

JORNAL DO

INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



Micromobilidade redesenha o trânsito das cidades

Bicicletas elétricas, patinetes e veículos leves ganham espaço nas ruas brasileiras e criam novos desafios para as prefeituras. O avanço desses novos modais exige planejamento, infraestrutura adequada, fiscalização e integração com o transporte coletivo. Enquanto São Paulo estabelece novas regras de circulação, municípios turísticos como Ubatuba também se aaptam ao aumento da demanda. Especialista em Mobilidade Urbana analisa os desafios e caminhos para incorporar a micromobilidade com mais segurança. **PGS. 08 e 09**

Tribunal de Contas



TCESP reforça regras para “caronas”

Com nova deliberação, Corte exige mais controle sobre atas, pesquisas de preços e adesões feitas por prefeituras paulistas. **PG. 03**

Política Regional



Encontro regional aproxima Legislativos

Vereadores e lideranças de 19 municípios discutiram em lacanga soluções conjuntas para gestão pública, saúde e desenvolvimento. **PG. 05**

Trabalho e Renda



Programa Rendya fomenta empreendedorismo

Formação, conexões e vendas impulsionam nova jornada feminina em Hortolândia. **PG. 10**

Identidade Paulista



Turismo rural une pessoas e territórios

Do café ao vinho, experiências movimentam economias regionais no interior. **PG. 11**

Causa Animal



STF determina atuação efetiva dos municípios diante de maus-tratos contra animais

O Supremo Tribunal Federal manteve decisão que exige estrutura municipal para cães e gatos abandonados ou maltratados. Entendimento traz consequências para gestores, serviços veterinários, abrigos, organizações civis e protetores voluntários. **PG 06**

Cidades Seguras



São Paulo se destaca em segurança pública

Municípios paulistas ocupam sete posições entre os mais seguros do país. **PGS. 12 e 13**

Agosto Lilás



Direitos, proteção e autonomia às mulheres

Mobilização une combate à violência, tecnologia e cidadania feminina. **PGS. 16 e 17**



JORNAL DO INTERIOR

Projeto Gráfico

GEP Comunicação
gepcom.com.br
glauclia@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo

WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores

Eliria Buso
Jefferson Bote
Cláudia Costa

Departamento Jurídico

Dr João Costa
Dra Lívia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Willians Kester

Circulação

645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam
a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal é
expresso no editorial.

Administração e Redação
Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável
Sebastião Misiara

Editora
Sílvia Melo

Supervisão
William Lopes

Diagramação
Núbia Barros

Revisão de texto e diagramação
Luciana Nogueira

Fale com a UVESP



Sebastião Misiara

Presidente
sebastiaomisiara@uvesp.com.br

Sílvia Melo

Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial
comercial@uvesp.com.br

Site

www.uvesp.com.br
www.conexidades.com.br
www.jornaldointeriornews.com.br

Redes sociais UVESP



@uvesp.official



@jornal_do_interior



@misiarasebastiao



@silviahmelo

Youtube UVESP



www.youtube.com/uvesp



300 anos de café: uma história que continua

Algumas datas pertencem à história, outras, pertencem à alma de um povo. Em 2027, o Brasil terá uma dessas oportunidades: celebrar 300 anos da chegada do café ao nosso território.

Foi em 1727 que Francisco de Melo Palheta trouxe da Guiana Francesa sementes e mudas que seriam plantadas no Pará. De lá, o café encontrou novos caminhos, avançou para o Rio de Janeiro, chegou ao Vale do Paraíba e se espalhou pelo Sudeste. Em pouco tempo, deixou de ser apenas uma cultura agrícola para se transformar em uma das forças que ajudaram a construir o Brasil.

Poucos produtos se confundem tanto com a nossa história. O café ajudou a gerar riqueza, abriu caminhos, estimulou ferrovias, cidades e comércio, criou oportunidades de trabalho e participou da formação econômica e social de gerações de brasileiros.

Mas os 300 anos não devem ser apenas uma lembrança do passado, devem ser uma oportunidade de olhar para o futuro. Porque o café brasileiro de hoje já não é somente aquele produto vendido em grandes volumes para o mundo. É também qualidade, tecnologia, pesquisa, sustentabilidade, rastreabilidade, inovação e diversidade de sabores. O Brasil construiu diferentes regiões produtoras, diferentes terroirs e cafés capazes de conquistar os mercados mais exigentes.

E há uma razão especial para que o interior brasileiro tenha orgulho dessa história. É no campo, pelas mãos do produtor rural, do trabalhador e de suas famílias, que essa trajetória continua sendo escrita. A cada florada, a cada colheita, a cada

grão selecionado, renova-se uma história que começou há três séculos.

O café também nos ensina uma lição importante: grandes transformações não acontecem de um dia para o outro. Elas nascem de trabalho, persistência, conhecimento e capacidade de enfrentar as dificuldades.

Hoje, o Brasil continua sendo o maior produtor e exportador mundial de café. E o setor se prepara para celebrar o tricentenário em 2027, uma data que já vem sendo tratada como estratégica para valorizar ainda mais a imagem do café brasileiro no País e no exterior.

Por isso, os 300 anos do café precisam ser muito mais do que uma comemoração. Precisam ser um grande movimento nacional. Um movimento que reúna produtores, trabalhadores, cooperativas, indústria, comércio, pesquisa, universidades, governos e consumidores. Que valorize quem produz. Que incentive a inovação. Que abra novos mercados. Que mostre ao mundo a qualidade e a diversidade dos nossos cafés.

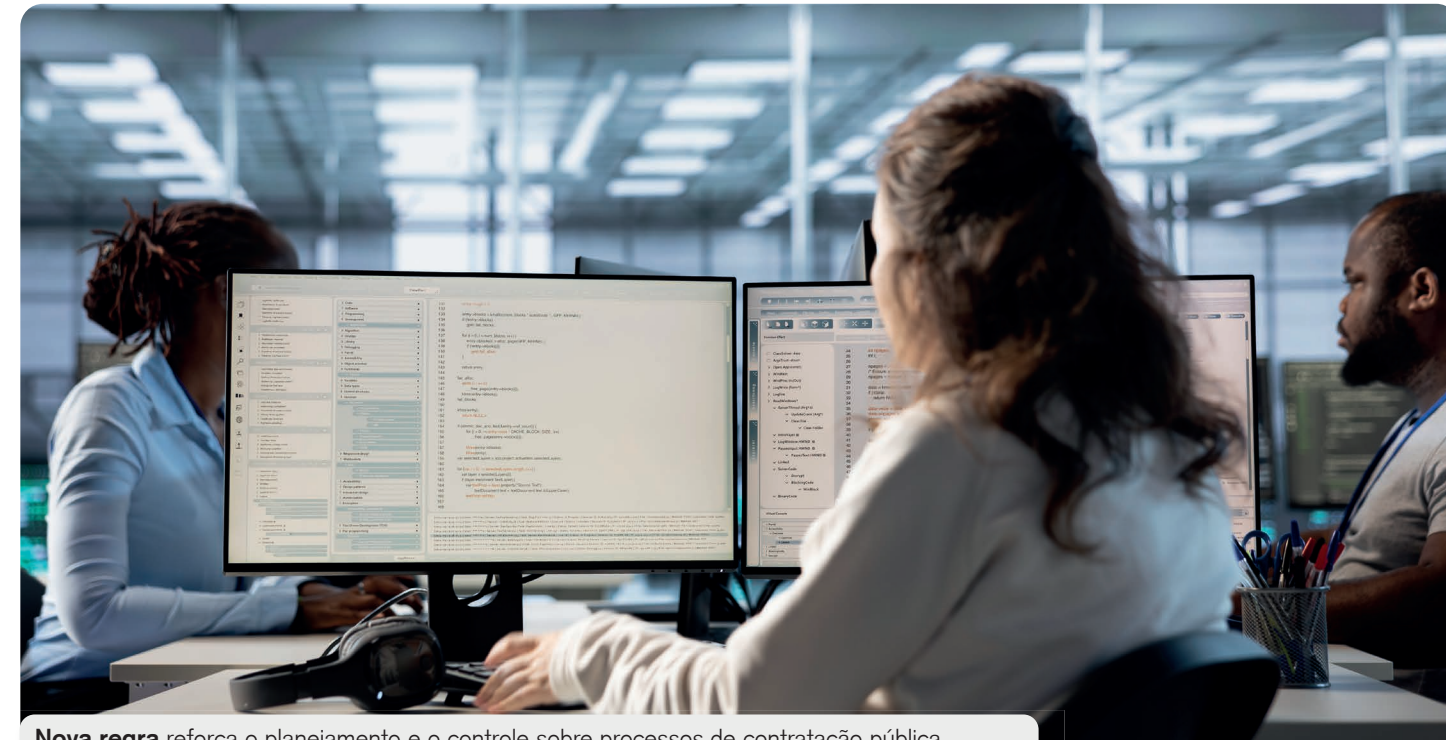
E que, acima de tudo, reconheça o papel do interior na construção do Brasil.

Há 300 anos, uma pequena semente começou uma extraordinária viagem. Hoje, essa semente representa trabalho, renda, desenvolvimento, cultura e orgulho nacional.

Que saibamos celebrar os 300 anos do café olhando para trás com gratidão, para o presente com reconhecimento e para o futuro com coragem. Porque a história do café brasileiro ainda está longe de terminar e, talvez, essa seja a maior razão para comemorar: há muito café pela frente. ☕

Novas regras do TCE-SP aumentam rigor sobre “caronas” em atas de registro de preços

Deliberação busca evitar atas infladas e contratações sem planejamento nos municípios



Nova regra reforça o planejamento e o controle sobre processos de contratação pública

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP estabeleceu novas regras para a constituição do **Sistema de Registro de Preços - SRP** e para a adesão a atas por órgãos que não participaram originalmente do procedimento, prática conhecida na administração pública como “carona”. A Deliberação **SEI nº 0005763/2025-11** amplia as exigências de planejamento, transparência e demonstração de vantagem econômica nas contratações realizadas por órgãos estaduais e municipais sujeitos à fiscalização do Tribunal. A iniciativa busca coibir práticas como a chamada “barriga de aluguel”, situação em que órgãos gerenciadores ou consórcios registram quantidades superiores às suas necessidades reais e permitem posteriormente que outras administrações utilizem a mesma ata para realizar contratações. Além disso, tem como base a Lei Federal nº 14.133/2021, a **Nova Lei de Licitações e Contratos**, e estudos realizados pela Secretaria-Diretoria Geral do TCE-SP. A medida foi aprovada por unanimidade pela Corte.

O relator, conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, afirmou que a regulamentação responde à disseminação de distorções no uso do instrumento. “Esse instrumento estava se banalizando não só no estado de São Paulo, mas no Brasil inteiro, sendo distorcido na sua mentalidade inicial feita pelos congressistas para auxiliar os municípios nas atas de registro de preço. Como não estava

bem explicadinho na lei, havia muita confusão”, afirma.

Caso de Votorantim expôs falhas de planejamento

Um dos casos recentes analisados pelo TCE-SP envolveu a Prefeitura de Votorantim, na Região Metropolitana de Sorocaba. O município aderiu a uma ata de registro de preços do estado de Mato Grosso para a aquisição de uniformes escolares. Segundo a fiscalização, a ata original previa mais de 10 milhões de peças para municípios de pequeno porte. No julgamento, o planejamento realizado em Votorantim foi considerado insuficiente e classificado pelo Tribunal como um “verdadeiro simulacro”, elaborado para conferir aparência de regularidade à contratação. A Corte também apontou problemas na pesquisa de preços. Produtos

com características superiores, como mochilas com rodinhas, teriam sido utilizados como referência para demonstrar a vantagem econômica de itens mais simples.

Planejamento passa a ter papel central

Pelas novas regras, o órgão responsável pela ata deverá elaborar **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, demonstrando a vantagem da contratação compartilhada, definindo adequadamente o objeto e dando publicidade ao procedimento no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**. Para o órgão que pretende aderir

“Queremos que os consorciados possam ter preços mais justos para que o dinheiro público seja bem utilizado. E não podemos permitir distorções”



Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli é o relator da deliberação que estabelece novas regras para adesão a atas de registro de preços

à ata, será necessária justificativa formal da vantagem econômica, compatibilidade da compra com o planejamento da administração, análise dos quantitativos disponíveis e respeito aos limites definidos pela legislação.

A regra também estabelece uma preferência para as administrações municipais paulistas: primeiro devem ser consideradas atas do próprio município, seguidas pelas de outros municípios do Estado e, posteriormente, pelas de órgãos estaduais. A utilização de atas de outros Estados deverá ser excepcional e acompanhada de justificativa.

Para o conselheiro Dimas Ramalho, a medida possui caráter preventivo. “A intenção deste Tribunal não é punir e aplicar multas. Queremos que os consorciados possam ter preços mais justos para que o dinheiro público seja bem utilizado. E não podemos permitir distorções”, ressaltou durante o debate no Tribunal Pleno.

Adesão a atas alcança mais da metade das prefeituras pesquisadas

Levantamento recente do próprio TCE-SP mostra a dimensão do uso das chamadas “caronas” entre os municípios paulistas. Em 2025, **338** das **643** prefeituras que responderam à pesquisa do Tribunal, ou 52,57%, informaram ter aderido a atas de registro de preços de outros entes federativos. Desse universo, 217 prefeituras utilizaram atas administradas por consórcios intermunicipais.

O estudo também identificou uma fragilidade relacionada ao planejamento: 76 dos 338 municípios que haviam aderido a atas de outros entes informaram não ter elaborado **Estudo Técnico Preliminar - ETP** para demonstrar que a opção escolhida era a mais vantajosa. Os números fazem parte do estudo do TCE-SP sobre consórcios intermunicipais e registro de preços e ajudam a explicar a preocupação do Tribunal com a expansão das adesões sem justificativas técnicas suficientes. ☑

Eliria Buso

jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Princípio da unicidade da advocacia pública na jurisprudência do TJSP

Decisão deve orientar municípios na estruturação de seus órgãos de advocacia pública

Uma vez instituída a Procuradoria Municipal como órgão permanente de advocacia pública, o cargo de Procurador-Geral pode permanecer de livre nomeação e exoneração, mas sua escolha deve recair exclusivamente sobre integrante efetivo da carreira de Procurador do Município. Esse foi o entendimento unânime do Órgão Especial do TJ de São Paulo na ADI nº 2369471-25.2025.8.26.0000, de relatoria do Desembargador Campos Mello, julgada em 8 de julho de 2026.

A ação questionou dispositivos da legislação do Município de Fernão, especialmente o art. 3º da Lei Municipal nº 1.146/2025, que incluiu o art. 12-A na Lei nº 855/2017, além da expressão "Procurador-Geral do Município" constante de seus anexos. A petição inicial foi aditada para abranger as alterações promovidas pela Lei Complementar Municipal nº 41/2025. A norma autorizava o Prefeito a nomear, para o cargo em comissão de Procurador-Geral, qualquer cidadão com reputação ilibada, notável saber jurídico, capacidade postulatória, formação em Direito, inscrição na OAB e, no mínimo, três anos de atividade jurídica.

A controvérsia surgiu porque o ocupante, ainda que estranho à carreira, exerceria funções típicas da advocacia pública, como representação judicial e extrajudicial, consultoria, assessoramento jurídico, emissão de pareceres, análise de licitações e contratos, cobrança da dívida ativa e controle de legalidade dos atos administrativos. O TJSP fundamentou a decisão nos arts. 98, 99 e 144 da Constituição do Estado de São Paulo, no art. 132 da Constituição Federal e nos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

O Tribunal reconheceu que os Municípios não são obrigados a criar Procuradoria própria. Contudo, uma vez instituída estrutura permanente de advocacia pública, devem ser observados a unicidade institucional, o ingresso mediante concurso público e a exclusividade dos procuradores de carreira no desempenho das funções jurídicas do ente.



Advocacia pública municipal fortalece a defesa do interesse público

❖❖ **A tese estabelece que cargos em comissão somente se justificam para funções de direção, chefia e assessoramento, pressupõem relação de confiança e devem ter suas atribuições descritas de forma clara e objetiva em lei** ❖❖

O Tema 1.010 do STF também foi relevante na análise do caso. A tese estabelece que cargos em comissão somente se justificam para funções de direção, chefia e assessoramento, pressupõem relação de confiança e devem ter suas atribuições descritas de forma clara e objetiva em lei. Inicialmente, a ação apontava a ausência dessa descrição. Como a Lei Complementar nº 41/2025 passou a detalhar as atribuições do Procurador-Geral, o TJSP reconheceu a perda superveniente do interesse de agir nesse ponto. Ainda assim, concluiu que as funções descritas eram próprias da advocacia pública e não poderiam ser entregues a pessoa estranha à carreira.

Outro precedente central foi a ADPF nº 1.037, na qual o STF, ao analisar a legislação do Município de Macapá, assentou que o Município possui liberdade para instituir ou não uma Procuradoria. Uma vez criado o órgão, porém, devem ser preservadas a unicidade institucional e a exclusividade dos procuradores concursados nas funções de consultoria, assessoramento e representação judicial e extrajudicial. Ao final, o Órgão Especial extinguiu parcialmente a ação, sem resolução do mérito, quanto à ausência de descrição legal das atribuições, pois a deficiência havia sido superada.

Na parte remanescente, conferiu interpretação conforme a Constituição para determinar que o cargo de Procurador-Geral de Fernão seja ocupado exclusivamente por integrante da carreira de Procurador do Município, aprovado em concurso público. O Tribunal afastou a devolução dos valores recebidos pelo ocupante do cargo, por terem sido pagos de boa-fé e em razão da efetiva prestação dos serviços. Também modulou os efeitos da decisão, com fundamento no art. 27 da Lei nº 9.868/1999, concedendo prazo

de 120 dias, contado do julgamento, para a adequação da situação existente. Desde logo, contudo, ficou proibida qualquer nova nomeação em desacordo com o entendimento firmado. Embora produza efeitos diretos sobre o Município de Fernão, a decisão constitui orientação relevante para outros Municípios paulistas. O precedente é unânime, está alinhado à jurisprudência do STF e a julgados recentes do próprio TJSP envolvendo **Santa Bárbara d'Oeste** e **Jaú**. A autonomia municipal para organizar sua advocacia pública não autoriza a entrega de funções típicas da Procuradoria a agentes estranhos à carreira. 🗞



Dayane Fanti

Procuradora Legislativa especializada em licitações e contratos e assessoramento jurídico de Câmaras Municipais.

Encontro em lacanga reforça integração entre Legislativos da região de Bauru

19 municípios participam de debates sobre gestão, saúde, qualificação e municipalismo



Nova diretoria do Parlamento Regional de Bauru toma posse durante o encontro em lacanga

Representantes de 19 municípios da região de Bauru participaram, em lacanga, do **Encontro Regional do Legislativo**, promovido pela União dos Vereadores do Estado de São Paulo - UVESP no último dia 30 de julho. O evento reuniu vereadores, presidentes de Câmaras Municipais, assessores parlamentares, vice-prefeitos e outras lideranças para discutir temas ligados à administração pública, à qualificação dos agentes públicos e ao fortalecimento da atuação regional dos Legislativos municipais. A programação contou com a presença do presidente do Conselho Gestor da UVESP, Sebastião Misiara, da presidente-executiva da entidade, Sílvia Melo, do presidente do Parlamento Regional de Bauru e vereador de lacanga, Bruno Borba Ciriaco, e do vice-prefeito de lacanga, Giuliano Cruz, além de autoridades e representantes de municípios da região.

Durante a abertura, os parti-

cipantes destacaram a importância da articulação entre as câmaras municipais para a identificação de problemas comuns e a construção de soluções que possam ser compartilhadas entre as cidades. O **Parlamento Regional de Bauru** tem justamente a proposta de aproximar presidentes de câmaras, vereadores e demais lideranças, ampliando a interlocução regional e a representatividade dos municípios.

"É uma importância significativa para nossa região. Pequenas cidades, como lacanga, vêm somar com as cidades vizinhas e fazer acontecer em recursos públicos, saúde, tecnologia e o municipalismo", afirma o presidente do Parlamento Regional de Bauru, Bruno Borba Ciriaco.

Além da articulação política e institucional, o encontro reservou espaço para temas técnicos relacionados ao cotidiano das administrações municipais. O gestor de Marketing e Relacionamento da INDEC, Luiz Antonio Lara, apresentou a palestra **"Gestão Moderna e Segurança Jurídica para o Legislativo Municipal"**.



O vereador **Bruno Borba Ciriaco** destaca a importância da união entre os municípios para fortalecer o municipalismo

Entre os assuntos abordados estiveram concursos públicos, emendas impositivas, aplicação da **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD** e contratação direta. A apresentação tratou de procedimentos e boas práticas voltados à redução de riscos jurídicos e à melhoria dos processos administrativos das câmaras municipais. A inovação na saúde pública também integrou a programação. O diretor clínico e responsável técnico Dr. Fernando Versignassi apresentou soluções voltadas ao uso de tecnologia para ampliar o acesso da população a próteses dentárias pelo Sistema Único de Saúde - SUS. A abordagem mostrou possibilidades para tornar os atendimentos mais ágeis e am-

pliar a capacidade dos municípios na oferta desse tipo de serviço.

Outro tema debatido foi a inserção de jovens no mercado de trabalho. Simone Nicolau, supervisora da Unidade Bauru, apresentou informações sobre programas de aprendizagem e destacou a importância dessas iniciativas para a qualificação profissional, geração de oportunidades e desenvolvimento econômico e social nos municípios. Um dos principais momentos do encontro foi a posse da nova diretoria do **Parlamento Regional de Bauru**, responsável por representar as Câmaras e contribuir para a articulação de pautas de interesse conjunto.

Para Sebastião Misiara, a atuação conjunta dos vereadores pode ampliar a capacidade dos Legislativos de responder às demandas das comunidades e fortalecer seu papel institucional. "O parlamento significa a união de vereadores que estão cada vez mais preocupados com o futuro de suas cidades. O propósito da UVESP continua sendo, a caminho dos 50 anos, o mesmo de sempre, que é trabalhar para que a Câmara seja o verdadeiro poder legislativo que defenda os interesses do povo", reforça o presidente do Conselho Gestor da UVESP. 🗞

Bruno Borba Ciriaco assumiu a presidência. A diretoria é composta ainda por:

- **Roger Martins**, de Borebi, como 1º vice-presidente;
- **André Maldonado**, de Bauru, como 2º vice-presidente;
- **Leandro Sousa Faria de Moraes**, de Duartina, como 3º vice-presidente;
- **Yara Marques Falavinha**, de Pirajuí, como 4ª vice-presidente;
- **Aline Barbosa da Silveira Bello**, de Reginópolis, como secretária-geral;
- **Sefora Farias**, de Arealva, como 1ª secretária e
- **Fábio Zequin Luizão**, de Balbinos, como 2º secretário.

Da Redação

jornaldointerior.uvesp@gmail.com

STF reforça dever das prefeituras na proteção de animais abandonados nos municípios

Especialista aponta efeitos sobre orçamento, saúde e atuação de protetores independentes

A decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que manteve a obrigação de Catanduva de oferecer estrutura para o acolhimento de cães e gatos abandonados ou vítimas de maus-tratos amplia a discussão sobre o papel das prefeituras na política de proteção animal. O entendimento reforça que a administração pública deve adotar medidas efetivas quando existe obrigação legal de proteger os animais, e não deixar a responsabilidade exclusivamente nas mãos de protetores independentes e organizações da sociedade civil.

Com essa notícia, a discussão ganhou dimensão mais ampla por tratar da responsabilidade do poder público diante de situações que exigem acolhimento, atendimento veterinário e encaminhamento de animais.

Para Viviane Cabral, presidente da **Comissão Estadual de Direito Animal da OAB-SP** e gerente de Relações Governamentais e **Advocacy da Ampara Animal**, a decisão reforça uma obrigação que já encontra respaldo jurídico. Na avaliação dela, a responsabilidade pela proteção animal envolve tanto o poder público quanto a sociedade.

“A decisão consolida a obrigatoriedade que sempre se fez notória, jurídica e administrativamente. Na realidade, a responsabilidade é solidária entre poder público e sociedade, já que os índices de abandono e de negligência assistencial surpreendem”, afirma.

A especialista considera que a principal falha das políticas públicas está na prevenção. Além das ações emergenciais, os municípios deveriam investir em conscientização, guarda responsável e medidas de manejo



Municípios devem oferecer acolhimento para animais abandonados

populacional de cães e gatos. Ela também chama atenção para o papel assumido historicamente pelo terceiro setor. Protetores independentes e grupos de proteção animal acabam custeando atividades que vão do resgate ao tratamento e à busca de novos lares.

Recursos no planejamento municipal

Um dos efeitos apontados por Viviane é o fortalecimento da discussão sobre a previsão orçamentária para políticas de proteção animal. A decisão, segundo ela, contribui para afastar a ideia de que ações nessa área seriam apenas iniciativas opcionais das administrações.

“As discussões técnicas sobem de patamar e passam a respaldar não somente a implementação das políticas públicas de manejo populacional de cães e gatos, como trazem a justificativa para que sejam previstas orçamentariamente”, destaca.

Na prática, isso significa que a gestão municipal precisa considerar a proteção animal no planejamento de

políticas públicas e na definição de recursos. O atendimento pode envolver programas de castração, identificação, vacinação, atendimento veterinário, acolhimento temporário, adoção e campanhas de guarda responsável.

A existência de uma estrutura de acolhimento, no entanto, não significa apenas disponibilizar um espaço físico para manter os animais. Casos de maus-tratos podem exigir acompanhamento veterinário prolongado e cuidados específicos relacionados ao comportamento.

Animais resgatados de situações de violência podem apresentar consequências que vão além das lesões físicas. Medo, estresse e alterações comportamentais podem interferir no processo de recuperação e na convivência com outros animais e pessoas. “O enfrentamento aos maus-tratos inicia com prevenção, conscientização, compromisso ético e leis punitivas efetivas”, destaca a especialista.

Legislação paulista amplia proteção aos animais

A discussão ocorre paralelamente a uma série de mudanças na legislação paulista. Nos

últimos anos, o **Estado aprovou normas relacionadas aos maus-tratos, à guarda responsável, à comercialização e ao bem-estar de cães e gatos.**

Entre elas está a Lei nº 17.972/2024, que reconhece cães e gatos como seres sencientes, ou seja, capazes de sentir dor, medo, alegria e outras emoções. A norma estabelece regras relacionadas à criação, comercialização e proteção dos animais.

Já a Lei nº 18.184/2025, conhecida como **Lei do Fim das Correntes**, proibiu o acorrentamento permanente de cães e gatos. A contenção passou a ser permitida apenas em situações excepcionais e temporárias.

Também fazem parte desse conjunto de medidas campanhas através de diferentes leis estaduais como a que instituiu a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Doenças em Animais Domésticos Idosos.

Em 2026, a Lei nº 18.389 reconheceu o Vira-Lata Caramelo como expressão de relevante interesse cultural do Estado de São Paulo, em uma iniciativa que também busca ampliar a visibilidade da adoção de animais sem raça definida e da guarda responsável. 🐾

Cláudia Costa

jornaldointerior.uvesp@gmail.com

"Década Contada" reúne reflexões de Dimas Ramalho sobre a vida política

Livro apresenta uma seleção de artigos publicados pelo conselheiro do TCESP ao longo de dez anos

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, Dimas Ramalho, lançou, no último dia 18 de agosto, o livro **“Década Contada – Ensaios e Registros de um Conselheiro”**. O evento foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco, na capital paulista.

A cerimônia reuniu representantes do Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle, Executivo e Legislativo, além de prefeitos, vereadores, parlamentares, juristas e acadêmicos. Entre os presentes esteve o ex-presidente da República Michel Temer.

A UVESP participou do lançamento representada pela presidente Executiva, Silvia Melo, e pelo presidente do Conselho Gestor, Sebastião Misiara. O encontro também reuniu pessoas que acompanharam dife-

rentes períodos da trajetória profissional e pública de Dimas Ramalho, que acumula mais de quatro décadas de atuação na vida pública.

Publicado pela Editora Foco, “Década Contada” reúne cinquenta dos mais de cem artigos escritos pelo conselheiro e publicados na imprensa nacional nos últimos dez anos. Os textos foram selecionados a partir de sua experiência no Tribunal de Contas e de passagens por diferentes instituições públicas.

Dividida em seis capítulos, a obra trata de temas relacionados à democracia, aos problemas sociais, à administração pública e aos limites institucionais e jurídicos da atuação dos Tribunais de Contas.

Também estão presentes discussões sobre transparência, fiscalização, políticas públicas,



Sebastião Misiara e Silvia Melo prestigiam o lançamento do livro de Dimas Ramalho

segurança jurídica e controle da gestão pública. A proposta é reunir, em uma única publicação, análises produzidas em diferentes momentos do cenário institucional brasileiro.

Além de registrar parte da produção de Dimas Ramalho na imprensa, o livro apresenta

uma perspectiva sobre questões enfrentadas por gestores e instituições públicas ao longo da última década, relacionando aspectos jurídicos, administrativos e sociais. 📖

Da Redação

jornaldointerior.uvesp@gmail.com



Segundo Viviane Cabral a proteção aos animais deve constar no orçamento público

SEBRAE

VEM AÍ

FE26

É MAIS NEGÓCIO

A FEIRA DO EMPREENDEDOR DO SEBRAE

19-22 OUT

SÃO PAULO EXPO

EVENTO GRATUITO

INSCREVA-SE

FE26.SEBRAESP.COM.BR

Micromobilidade ganha espaço e transforma a circulação nas cidades

Popularização de bicicletas e patinetes exige adaptação da infraestrutura e novas regras

Bicicletas elétricas, patinetes e outros veículos leves movidos a eletricidade deixaram de ser novidade nas ruas brasileiras e passaram a ocupar espaço permanente no debate sobre mobilidade. O crescimento da frota, impulsionado pela redução de preços, pela facilidade de recarga e pela busca por alternativas para trajetos curtos, começa a exigir dos municípios mudanças que vão além da regulamentação: envolve desenho viário, fiscalização, sinalização, integração com o transporte coletivo e planejamento da infraestrutura cicloviária.

Dados da **Aliança Bike** ajudam a dimensionar essa transformação. Em 2024, chegaram ao mercado brasileiro **53.591 novas bicicletas elétricas** com pedal assistido. A entidade estima que, entre 2016 e 2024, cerca de 284 mil unidades tenham entrado em circulação no país.

Para Luiz Vicente Figueira de Mello Filho, especialista em Mobilidade Urbana e professor dos cursos de Engenharia e Arquitetura e Urbanismo, a expansão não deve ser tratada como um fenômeno passageiro. Ele lembra que a micromobilidade elétrica ganhou visibilidade com os sistemas de



Patinetes e bicicletas elétricas ganham espaço nos deslocamentos cotidianos das cidades

compartilhamento, mas avançou para a aquisição dos próprios veículos. “A micromobilidade começou com o compartilhamento de veículos, principalmente bicicletas e patinetes. O que vimos nos últimos três anos é que as pessoas não só utilizam veículos compartilhados, mas começaram a adquirir os veículos eletrificados. Eu entendo que ela veio para ficar, mas tudo

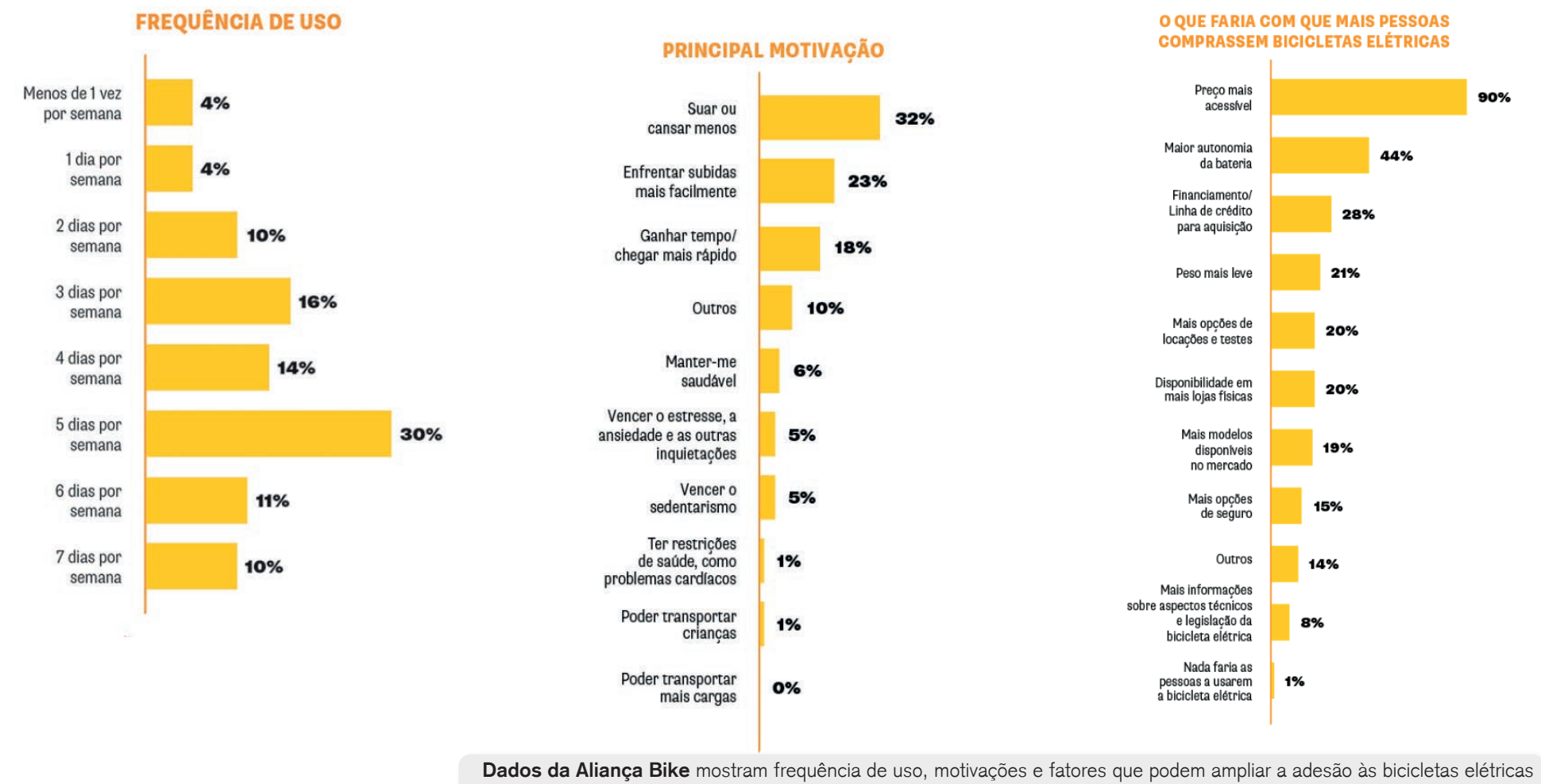
vai depender muito da infraestrutura que as cidades estão planejando”, afirma. O conceito atende especialmente aos deslocamentos de curta distância, inclusive na primeira ou última etapa da viagem, entre a residência ou o trabalho e uma estação de transporte público. Também ocupa um espaço intermediário entre caminhar

e utilizar carro ou motocicleta. “A micromobilidade é esse meio-termo: são trajetos em que fica muito caro usar o automóvel ou a motocicleta, mas se gasta muito tempo para andar a pé”, explica Mello Filho. Com baterias de maior autonomia, esses veículos também começam a aparecer em percursos maiores e em serviços de entrega.

A geografia de cada município interfere na adoção desse sistema. Em cidades planas e litorâneas, o relevo e a ventilação podem favorecer bicicletas convencionais. Em áreas com aclives, a assistência elétrica reduz o esforço físico e amplia o número de usuários potenciais. Além disso, o avanço também pressiona a infraestrutura existente. Para o especialista, antes de grandes obras, as prefeituras podem mapear os corredores de maior circulação e testar intervenções de baixo custo por meio do urbanismo tático, com separação temporária de espaços, sinalização e conexão entre ciclovias,

“**Nas vias sem ciclovia ou ciclofaixa, bicicletas elétricas e determinados autoprope-
lidos podem circular junto ao bordo da pista em ruas com velocidade regulamentada de até 50 km/h**”

ciclofaixas e ciclorrotas. A preocupação central é evitar conflitos entre pedestres, ciclistas, usuários de patinetes, motociclistas e automóveis. Isso exige que os planos municipais considerem onde esses equipamentos podem circular, velocidades, continuidade da rede, fiscalização e campanhas educativas. A **Resolução 996/2023 do Conselho Nacional de Trânsito** estabeleceu parâmetros nacionais para bicicletas elétricas, ciclomotores e equipamentos autoprope-
lidos e permite que os órgãos locais estabeleçam regras adequadas às características das vias. Para Mello Filho, os municípios estão em



Dados da Aliança Bike mostram frequência de uso, motivações e fatores que podem ampliar a adesão às bicicletas elétricas

estágios diferentes: alguns já criaram regras abrangentes, outros regulamentaram principalmente sistemas compartilhados e há cidades que seguem essencialmente os parâmetros nacionais. “O ideal é sempre pensar dentro desse regulamento do Conselho Nacional de Trânsito e colocá-lo em prática nas particularidades de cada município”, diz. Ubatuba, no Litoral Norte de São Paulo, mostra como essa adaptação chega também às cidades turísticas. Por lá, a expansão da micromobilidade já faz parte da rotina de moradores e turistas e a cidade, que tradicionalmente registra uso intenso de bicicletas, passou a conviver também com um número crescente de bicicletas e motos elétricas, além de patinetes disponibilizados por aplicativos.

Esse avanço aumenta a necessidade de organizar a circulação em uma malha urbana que recebe forte pressão sazonal, especialmente em períodos de maior movimento turístico, quando diferentes tipos de veículos disputam espaço com pedestres e automóveis. Como parte dessa adaptação, a Diretoria de Trânsito promoveu, no fim de 2025, uma capacitação voltada a agentes de trânsito e guardas municipais sobre as normas aplicáveis a ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autoprope-
lidos. O objetivo foi preparar as equipes para orientar moradores e visitantes, além de padronizar a fiscalização a partir das regras estabelecidas pela **Resolução 996/2023** do Contran. A iniciativa mostra que, além de criar infraestrutura, os

municípios precisam investir em informação, treinamento dos agentes públicos e campanhas educativas para incorporar esses novos modais de forma mais segura ao trânsito urbano.

São Paulo define limites e período de adaptação

Na capital paulista, a Prefeitura publicou neste mês de agosto uma regulamentação específica para bicicletas elétricas, patinetes e outros equipamentos autoprope-
lidos. A **Portaria SMT.SEMTRA 023** fixou velocidade máxima de **20 km/h** em ciclovias e ciclofaixas não compartilhadas com pedestres. Em áreas cicláveis

“**A micromobilidade é esse meio-termo: são trajetos em que fica muito caro usar o automóvel ou a motocicleta, mas se gasta muito tempo para andar a pé**”

compartilhadas com pedestres, o limite é de **6 km/h**. Nas vias sem ciclovia ou ciclofaixa, bicicletas elétricas e determinados autoprope-
lidos podem circular junto ao bordo da pista em ruas com velocidade regulamentada de até **50 km/h**. Para patinetes, a circulação em pista fica restrita a vias de até **40 km/h**, com velocidade máxima de **20 km/h**. A cidade estabeleceu período de adaptação até 28 de agosto, com ações educativas da Companhia de Engenharia de Tráfego. O caso paulistano evidencia um desafio que tende a se repetir em municípios de diferentes portes: a micromobilidade já está nas ruas, enquanto o planejamento público precisa acompanhar sua expansão. O ganho potencial, menos espaço ocupado, menor emissão local e novas opções para deslocamentos curtos, depende de uma rede segura e bem sinalizada. 🚲

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



Luiz Vicente Figueira de Mello Filho destaca a importância do planejamento para acompanhar o avanço da micromobilidade



Programa Rendya amplia apoio ao empreendedorismo feminino em Hortolândia

Iniciativa une capacitação, mentoria e acesso ao mercado para ampliar a renda de mulheres

Hortolândia recebeu oficialmente no final de julho o lançamento do **Programa Rendya**, iniciativa do Instituto Educathon voltada ao desenvolvimento de negócios liderados por mulheres. A apresentação ocorreu durante o **1º Encontro de Mulheres Empreendedoras de Hortolândia**, realizado na Câmara Municipal, que reuniu mais de 400 participantes, segundo a Prefeitura.

Criado para atender tanto mulheres que já têm um negócio quanto aquelas que pretendem começar a empreender, o **Rendya** propõe uma jornada de 12 meses que oferece formação, acompanhamento e conexão com oportunidades comerciais. A proposta parte de uma questão prática: além de conhecimento para administrar uma empresa, muitas empreendedoras precisam de acesso a clientes, fornecedores e canais de venda para fazer o negócio avançar.

A primeira fase do programa é dedicada à capacitação. O conteúdo inclui planejamento de negócios, marketing, vendas, gestão financeira pessoal e empresarial, ferramentas digitais, liderança, desenvolvimento pessoal, planejamento comercial e relacionamento profissional.

Depois dessa etapa, as participantes selecionadas continuam acompanhadas durante um ano, com mentorias e atividades complementares. A intenção é que as ferramentas apresentadas na formação sejam aplicadas diretamente na rotina dos negócios.

"A capacitação é apenas o começo. Nosso compromisso é preparar as participantes para



Capacitação é o primeiro passo para fortalecer mulheres empreendedoras

empreender com segurança e, ao mesmo tempo, conectá-las a oportunidades reais de negócios. O conhecimento ganha muito mais valor quando a mulher consegue aplicá-lo imediatamente, gerar renda, conquistar autonomia financeira e enxergar resultados concretos no seu dia a dia", afirma Juliana Labanca, da **Aevolu** e coordenadora de treinamento do programa.

Para Marivaldo Albuquerque, presidente do **Instituto Educathon** e idealizador do **Rendya**, a proposta não se limita à educação empreendedora. "O Rendya vai muito além de um

curso de empreendedorismo. É um programa de desenvolvimento econômico que investe nas mulheres como protagonistas da transformação social e da geração de riqueza em suas comunidades", afirma.

Acesso à rede comercial

O acesso ao mercado é um dos eixos centrais do Rendya. Depois da capacitação inicial, as participantes poderão integrar uma rede que aproxima indústrias parceiras, estabelecimentos comerciais e empreendedoras. A estrutura prevê a aquisição de produtos de empresas parceiras para abastecer pontos de venda cadastrados em Hortolândia. Com isso, o programa pretende criar possibilidades de comercialização para as participantes e reduzir uma das dificuldades comuns de quem está começando um negócio: encontrar mercado para seus produtos e serviços. "Empreendedorismo só transforma vidas quando gera renda. Por isso, o Rendya foi concebido para unir capacitação, acesso ao mercado e desenvolvi-

to econômico em um único programa. Queremos que as participantes aprendam, empreendam e tenham condições reais de aumentar sua renda desde o início da jornada", diz Albuquerque.

O **Rendya** também prevê a participação de empresas como patrocinadoras. O **Instituto Educathon** está estruturando modalidades de apoio que permitam às organizações contribuir com a formação das participantes e, ao mesmo tempo, estabelecer relacionamento com a rede de empreendedoras e pontos comerciais envolvidos no programa.

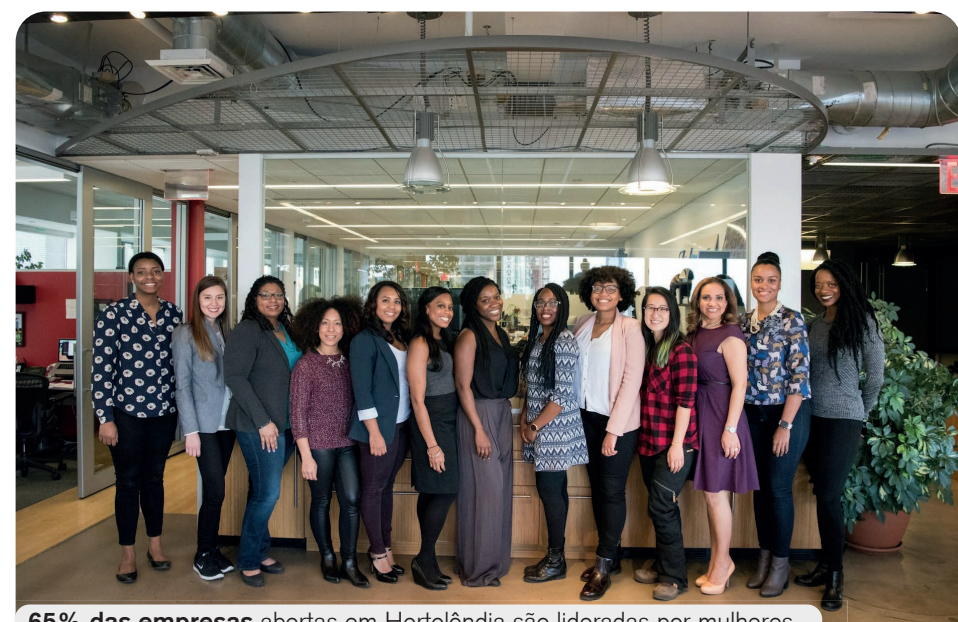
Hortolândia foi escolhida para iniciar a experiência, que terá 12 meses de duração. Nesse período, o Instituto Educathon pretende acompanhar os resultados da formação, da rede comercial e das ações de geração de renda. A expectativa é usar os dados obtidos no município para aperfeiçoar a metodologia antes de levá-la a outras cidades.

Empreendedorismo feminino em pauta

O lançamento do **Rendya** ocorreu no mesmo encontro em que a Prefeitura de Hortolândia apresentou iniciativas de apoio ao empreendedorismo feminino. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, 65% das empresas formalizadas no município são abertas por mulheres. A administração também afirmou que trabalha para incentivar a formalização de empreendedoras que ainda atuam na informalidade.

Durante o evento, a programação incluiu um talk show com empreendedoras locais que compartilharam experiências à frente de negócios em diferentes segmentos. Também foram realizados painéis com representantes do poder público, **Sebrae**, **Instituto Federal de São Paulo**, **Senac** e entidades ligadas ao empreendedorismo local.

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



65% das empresas abertas em Hortolândia são lideradas por mulheres

Turismo Rural: quando a identidade de um território se transforma em desenvolvimento

Valorizar quem produz é valorizar o território

Muito se fala sobre o crescimento do turismo de natureza, das experiências autênticas e da valorização do interior. Mas o turismo rural vai além dessas tendências.

Ele representa uma nova forma de desenvolvimento econômico, capaz de transformar aquilo que um destino já possui em oportunidades para toda a comunidade.

O Estado de São Paulo é um dos maiores exemplos desse potencial. São centenas de municípios com vocação para o turismo rural, oferecendo vivências que aproximam o visitante do campo e das histórias de quem vive e trabalha na terra.

Hoje, as pessoas não procuram apenas um lugar para visitar. Procuram significado. Querem conhecer a origem do café que degustam, caminhar por uma vinícola, visitar uma queijaria artesanal, colher frutas no pomar.

O produto passa a ser expressão de um território. Esse movimento gera um efeito econômico relevante. O produtor amplia suas fontes de renda, novos negócios surgem, pousadas, restaurantes, artesãos, transportadores, e a

“O produtor amplia suas fontes de renda, novos negócios surgem, pousadas, restaurantes, artesãos, transportadores, e a economia local como um todo se beneficia”



Produção artesanal de queijos valoriza saberes e ingredientes locais no interior de SP



Turismo rural promove contato direto com paisagens, tradições e produtores locais

economia local como um todo se beneficia.

Mas esse desenvolvimento não acontece sozinho. Ele depende da articulação entre três protagonistas: **poder público, iniciativa privada e entidades representativas**.

Cabe ao poder público criar um ambiente favorável, com infraestrutura, capacitação e políticas de incentivo. Aos empreendedores cabe transformar vocações em experiências memoráveis. E às entidades cabe integrar os diversos atores, estruturar rotas e promover destinos.

O turismo rural e o **Made in São Paulo** compartilham o mesmo

Mas esse desenvolvimento não acontece sozinho.

Ele depende da articulação entre três protagonistas:



Valorizar quem produz é valorizar o território. E valorizar o território é construir um turismo mais sustentável, mais competitivo e mais humano.



Toni Sando
CEO do Visite São Paulo Convention Bureau
Presidente da Unedestinos e União Nacional de CVBs e Entidades de Destinos.

É exatamente nesse ponto que o projeto **Made in São Paulo** ganha relevância. Mais do que um selo, ele nasce como uma estratégia de valorização da origem, reconhecendo produtos, serviços e experiências que traduzem a identidade paulista. Quando um visitante leva para casa um café especial, um vinho, um queijo artesanal, um doce típico ou um artesanato com a chancela **Made in São Paulo**, ele leva consigo muito mais do que um produto. Leva a história de uma família, a tradição de uma região, a cultura de um povo e a identidade de um território.

Cidades paulistas se destacam entre as menores taxas de violência letal do país

Tecnologia, inteligência e integração entre forças estão entre as estratégias municipais



São Paulo foi o segundo estado com menos mortes violentas em 2025

São Caetano do Sul alcançou em 2025 o menor índice de mortes violentas intencionais entre os 338 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. O dado, divulgado na edição 2026 do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, coloca a cidade do ABC Paulista no primeiro lugar do levantamento, com taxa de 1,2 morte por 100 mil habitantes. Outros municípios paulistas que entraram no top 10 do ranking são **Salto**, **Santa Bárbara D'Oeste**, **Jandira**, **Indaiatuba**, **Valinhos** e **Itatiba**. O levantamento considera homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. Em **São Caetano**, houve apenas uma ocorrência classificada nessa categoria durante 2025. O episódio aconteceu em abril, no trânsito, e resultou na morte de duas pessoas. A taxa calculada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, responsável pelo Anuário, foi, assim, de 1,2 ocorrência por 100 mil habitantes. O resultado ocorre em um ano em que o país registrou a me-

nor quantidade de assassinatos desde o início da série histórica do Fórum, em 2012. Foram 40.775 vítimas e uma taxa nacional de 19,1 mortes violentas por 100 mil habitantes. Apesar da redução geral da violência letal, os números mostram diferenças expressivas entre os municípios. Enquanto São Caetano registrou 1,2, Maranguape, no Ceará, chegou a 100,3 mortes por 100 mil habitantes e permaneceu no topo do ranking das maiores taxas pelo segundo ano consecutivo.

Cinco pilares para a segurança

Para a **Secretaria de Segurança de São Caetano**, o resultado não deve ser interpretado como consequência de uma única ação. O município atribui o desempenho a uma estratégia estruturada em cinco frentes: valorização dos profissionais da segurança pública; integração entre as forças de segurança; investimento permanente em tecnologia e inteligência; fortalecimento das ações de prevenção e participação da sociedade.

♥♥ **O levantamento considera homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais** ♥♥

ampliar a capacidade operacional da GCM em diferentes regiões do município e manter a presença das equipes nas ruas. Entre as iniciativas está a Operação Bloqueio, realizada em pontos estratégicos e planejada a partir de informações e análises criminais. As equipes fazem fiscalização e checagem de veículos e condutores, com foco na prevenção de crimes patrimoniais, como furtos e roubos. “O município também investe em tecnologia e inteligência por meio do **Smart Sanca** - Centro de Inteligência, Segurança e Emergências da Prefeitura, que conta com videomonitoramento, reconhecimento facial, leitura automática de placas e integração de informações, ampliando a capacidade de prevenção, identificação e resposta às ocorrências”, explica o secretário.

Integração entre as partes

A tecnologia ocupa uma posição central no modelo adotado por São Caetano. Atualmente, são 710 câmeras conectadas ao sistema Smart



O secretário de São Caetano, **Lourival dos Santos Silva**, afirma que a cidade investe em integração e tecnologia

Cidades com menores taxas de mortes intencionais

Ranking	Cidade	UF	Taxa de mortes (por 100 mil habitantes)
1º	 São Caetano do Sul	SP	 1,2
2º	 Tubarão	SC	 1,7
3º	 Salto	SP	 2,1
4º	 Santa Bárbara d'Oeste	SP	 2,1
5º	 Jandira	SP	 2,5
6º	 Blumenau	SC	 2,6
7º	 Jaraguá do Sul	SC	 3,0
8º	 Indaiatuba	SP	 3,0
9º	 Valinhos	SP	 3,0
10º	 Itatiba	SP	 3,1

trou zero roubos de veículos e alcançou seis meses sem esse tipo de ocorrência no período de 12 meses. Para Lourival dos Santos Silva, a manutenção dos números depende de continuidade. “Esse resultado também reforça a importância de manter investimentos permanentes no policiamento municipal. A Guarda Civil Municipal é uma presença diária nas ruas e tem papel fundamental na prevenção, no patrulhamento e no atendimento às demandas da população. Por isso, a valorização dos profissionais, a capacitação, a estruturação da corporação e o investimento em equipamentos e tecnologia são fundamentais para manter a capacidade de atuação do município”, conclui.

Tecnologia e qualificação

Em **Salto**, a estratégia segue uma lógica semelhante em alguns aspectos, com foco na atuação integrada das forças de segurança e no uso de tecnologia. “Temos realizado

investimentos na formação e na requalificação dos Guardas Civis Municipais, bem como na ampliação e modernização do sistema de câmeras de monitoramento de veículos, a nossa Muralha. O sistema permite ampla comunicação e compartilhamento de informações com outras cidades, inclusive com os municípios vizinhos”, diz o secretário de Defesa Social, Nicolau Iusif Santarém. A integração ocorre também diretamente entre a GCM e as polícias Civil e Militar. Segundo o secretário, as equipes mantêm comunicação permanente, com apoio mútuo em operações e compartilhamento de informações obtidas pelos sistemas municipais de monitoramento. “Observamos uma tendência de redução nos casos de homicídios e furtos, resultado que atribuímos, em grande parte, à atuação integrada das Forças de Segurança do município. De todo modo, o município se orgulha de ser reconhecido, há anos, como uma cidade segura”, avalia o secretário. Salto também está ampliando a estrutura física da Guarda Civil Municipal. Uma nova sede está em construção no centro da cidade e funcionará como

extensão da unidade atual. A localização foi escolhida pela facilidade de acesso à região da rodoviária e aos bairros. Outro equipamento destacado pelo município é o estande de tiro utilizado para capacitação dos agentes. A estrutura, segundo Santarém, também recebe guardas de cidades vizinhas para treinamentos, transformando o espaço em um equipamento de formação de alcance regional. “Para manter ou melhorar esses índices, o principal desafio é financeiro, uma vez que a segurança pública exige investimentos constantes em equipamentos, tecnologia, capacitação e qualificação dos profissionais”, acrescenta o gestor.

Estado na vice-liderança

O desempenho de São Caetano ocorre em um cenário particularmente favorável para o Estado de São Paulo que, apesar de ter perdido para Santa Catarina a liderança nacional entre as menores taxas de mortes violentas, permanece entre os territórios com os indicadores mais baixos do país. Santa Catarina registrou 7,6 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes em 2025, enquanto São Paulo ficou em 7,8. A diferença é pequena, mas suficiente para alterar a posição ocupada pelos dois estados. São Paulo estava na liderança desde 2014. A concentração dos municípios com menores índices também chama atenção. Das **dez cidades** com as menores taxas do país, **sete** estão em **São Paulo** e **três** em **Santa Catarina**. O cenário de redução das mortes violentas, no entanto, não significa que todos os indicadores de criminalidade tenham seguido a mesma direção. Crimes como feminicídio, mortes provocadas por policiais e registros relacionados à produção, posse ou distribuição de conteúdos de abuso sexual infantil aumentaram no período.

Sebrae leva experiência em economia criativa para projeto nacional voltado à música

Projeto nacional terá duração de dois anos e pretende produzir conhecimento e soluções para o setor



Sebrae leva experiência em economia criativa para projeto nacional voltado à música

O mercado da música será o novo foco do **Polo de Referência e Disseminação Sebrae de Economia Criativa**. Sebrae-SP e Sebrae Nacional firmaram, no final de julho, um contrato de **R\$3 milhões** para desenvolver pesquisas, conteúdos, ferramentas e soluções destinadas a empreendedores e pequenos negócios ligados à cadeia produtiva musical.

Com duração prevista de 24 meses, o projeto terá atuação em todo o país e parte da experiência acumulada pelo Sebrae-SP com iniciativas de economia criativa. A proposta é estruturar uma plataforma integrada de conhecimento, identificar desafios enfrentados pelos empreendedores e

ampliar o acesso a informações que possam contribuir para a gestão e a competitividade dos negócios.

“A assinatura representa um momento muito importante de uma construção coletiva entre Sebrae São Paulo e Sebrae Nacional, que agora ganha uma nova etapa e alcance nacional. A partir da nossa experiência com a economia criativa, vamos ampliar o trabalho para um setor estratégico como a música, contribuindo para que os empreendedores tenham acesso a conhecimento, soluções e oportunidades para desenvolver seus negócios”, afirma o diretor-Superintendente do Sebrae-SP, Nelson Hervey Costa. A nova frente dá sequência à atuação do **Polo de Economia Criativa**, que já desenvolveu ações em diferentes regiões brasileiras. Segundo o Sebrae, **1.054 municípios** foram atendidos por iniciativas relacionadas à operacionalização da **Política Nacional Aldir Blanc - PNAB**, com mais de 5 mil empreendedores beneficiados. Nos municípios alcançados pelo projeto, as ações contribuíram para a movimentação de mais de R\$2,5 bilhões em recursos.

“A proposta é estruturar uma plataforma integrada de conhecimento, identificar desafios enfrentados pelos empreendedores e ampliar o acesso a informações que possam contribuir para a gestão e a competitividade dos negócios”

tais, com consumo superior ao de produções internacionais. a criativa tem um enorme potencial de geração de oportunidades e renda. O Polo vem justamente para contribuir com os empreendedores, levando conhecimento e soluções para que eles possam transformar seus projetos em negócios sustentáveis. Agora, com o foco na música, ampliamos ainda mais essa atuação”, afirma o diretor-Presidente do Sebrae Nacional, Rodrigo Soares.

A assinatura do contrato ocorreu na sede do Sebrae-SP, na capital paulista. A agenda também incluiu visita à **Fábrica de Cultura de São Bernardo do Campo**, onde representantes das instituições conheceram iniciativas desenvolvidas em parceria com a Catavento Cultural e Educacional.

Entre as atividades apresentadas estavam workshops sobre oportunidades de mercado, ações de desenvolvimento de negócios e projetos relacionados aos setores audiovisual, games e moda. A programação reforçou a estratégia de aproximação entre capacitação, produção cultural e empreendedorismo, que agora será ampliada nacionalmente com o novo foco no mercado da música.

Da Redação
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Mercado musical em expansão

A escolha da música como novo eixo ocorre em um período de crescimento do setor. Em 2025, o mercado musical brasileiro registrou arrecadação de **R\$3,9 bilhões**, com o streaming entre os principais responsáveis pelo resultado. A música nacional também mantém presença relevante nas plataformas digi-

O novo Polo deverá trabalhar com diferentes segmentos da cadeia musical para levantar demandas, produzir estudos e desenvolver soluções adequadas a artistas, produtores, empresas e demais empreendedores envolvidos no setor.

O novo Polo deverá trabalhar com diferentes segmentos da cadeia musical para levantar demandas, produzir estudos e desenvolver soluções adequadas a artistas, produtores, empresas e demais empreendedores envolvidos no setor

Cinturão Verde sustenta produção agropecuária de R\$ 937 milhões na Grande São Paulo

Região combina abastecimento de alimentos, preservação ambiental e proteção de mananciais



Cinturão Verde reúne produção de alimentos e áreas de preservação no entorno da capital

Mesmo cercada por uma das áreas mais urbanizadas do país, a **Região Metropolitana de São Paulo** mantém uma produção agropecuária que participa diretamente do abastecimento da capital e de municípios do litoral. Em 2025, o **Valor da Produção Agropecuária - VPA** da região chegou a **R\$937,43 milhões**, distribuído entre 5,7 mil unidades de produção.



Parte importante dessa produção está inserida no chamado **Cinturão Verde de São Paulo**, área que mostra como agricultura, abastecimento e preservação ambiental convivem no entorno de uma metrópole com mais de 20 milhões de habitantes. Reconhecido pela Unesco em 1993 como **Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**, o territó-



Alface lidera a produção agropecuária da Grande São Paulo

rio abrange 78 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Além das áreas agrícolas, reúne remanescentes de Mata Atlântica, unidades de conservação e importantes mananciais de abastecimento.

O conceito, portanto, vai além de uma faixa dedicada ao cultivo de alimentos. A área exerce funções ambientais que incluem conservação da vegetação, proteção das bacias hidrográficas e regulação do clima local, ao mesmo tempo em que mantém propriedades rurais próximas aos maiores centros consumidores do estado. É nessa proximidade que está uma das características da agricultura metropolitana. Municípios do **Alto Tietê**, especialmente **Mogi das Cruzes**, **Salesópolis** e **Guararema**, mantêm forte presença na produção de hortaliças, frutas e ou-

tros alimentos que chegam aos mercados da capital e do litoral com deslocamentos menores do que os de produtos trazidos de regiões mais distantes. A estrutura produtiva também demanda acompanhamento técnico constante. Em 2025, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI Regional de Mogi das Cruzes realizou 4.549 atendimentos. Cerca de 80% foram direcionados à agricultura, segmento que reúne o cultivo de hortaliças. Além disso, o órgão também prestou assistência técnica a mais de 100 famílias envolvidas em processos de transição agroecológica.

Desafios e investimentos

A localização próxima à mancha urbana, entretanto, impõe desafios particulares. A produ-

ção precisa conciliar disponibilidade de terra, conservação de recursos naturais, acesso à água, infraestrutura, mão de obra e mudanças nas condições climáticas. Manter a atividade rural economicamente viável também contribui para evitar que áreas produtivas sejam gradualmente incorporadas pela expansão urbana.

“A Grande São Paulo também tem um agro competitivo e forte. São produtores que trabalham perto do maior mercado consumidor do País, geram renda e colocam alimento fresco na mesa da população. Nosso papel é garantir crédito, assistência técnica e estrutura para que essa produção continue crescendo”, afirma o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Geraldo Melo Filho.

Entre as medidas voltadas ao setor, o Governo do Estado entregou 15 máquinas agrícolas para 12 municípios da região, em um investimento de R\$5 milhões. Também foram liberados R\$8,06 milhões em crédito por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista.

Outra frente aproxima a produção local das políticas de segurança alimentar. Alimentos adquiridos de 53 produtores da região foram utilizados na montagem de 8.309 cestas destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade.

Os números ajudam a revelar uma parcela da economia metropolitana que nem sempre aparece na paisagem predominantemente urbana da Grande São Paulo. Além de produzir alimentos, o Cinturão Verde mantém áreas rurais, protege recursos naturais e encurta a distância entre parte da produção agropecuária e o principal mercado consumidor do País. Para municípios que ainda preservam atividade agrícola dentro da região metropolitana, sua manutenção envolve não apenas geração de renda, mas também planejamento territorial, abastecimento e conservação ambiental.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Agosto Lilás reforça proteção às mulheres e debate presença feminina na política

Campanha une conscientização, mobilização de lideranças e dados sobre desafios das mulheres

O **Agosto Lilás**, campanha nacional de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher, ganhou diferentes frentes de discussão neste ano. Além das ações voltadas à prevenção da violência doméstica e à divulgação dos mecanismos de denúncia e proteção, encontros realizados ao longo do mês também colocaram em pauta a participação feminina nos espaços políticos e a violência de gênero enfrentada por mulheres que ocupam ou disputam posições de poder.

A mobilização ocorre no mês de aniversário da **Lei Maria da Penha**, que completou **20 anos** em 2026. Ao longo dessas duas décadas, a legislação contribuiu para ampliar o reconhecimento das diferentes formas de violência contra a mulher e fortalecer instrumentos de proteção. O debate, porém, vem sendo ampliado para questões que envolvem autonomia, direitos, representação e participação na vida pública.

Iniciativas realizadas em Cerquilha e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, além do lançamento de um estudo sobre a presença feminina na política brasileira, mostram como essas pautas estão relacionadas. Em comum, as ações destacam a necessidade de ampliar a informação, fortalecer redes de apoio e enfrentar barreiras que dificultam a participação plena das mulheres na sociedade.

❖❖ **Ao relacionar proteção contra a violência, participação política e acesso aos espaços de decisão, as mobilizações realizadas durante o Agosto Lilás ampliam o alcance da campanha** ❖❖



Silvia Melo, presidente Executiva da UVESP, ladeada pela vereadora Simone Feher Bellucci e pela presidente da Câmara Municipal Edilene Bellucci

Cerquilha discute prevenção e proteção

No início do mês, a Câmara Municipal de Cerquilha, em parceria com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde, promoveu um encontro de conscientização sobre prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

A programação reuniu profissionais com experiência nas áreas jurídica, social, de políticas públicas e de defesa dos direitos das mulheres, com o objetivo de apresentar diferentes perspectivas sobre as formas de violência, os mecanismos de prevenção e os caminhos disponíveis para garantir proteção às vítimas. Participaram do encontro a Delegada Rose, responsável pela implantação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo; a juíza Caroline Costa de Camargo; a jornalista Silvia Melo, presidente-executiva da UVESP e CEO do Conexões e a advogada Luciana Patrocínio.

O evento reforçou uma das propostas centrais do **Agosto Lilás**: fazer com que informações so-

bre direitos, prevenção e redes de atendimento cheguem à população. O acesso à informação é considerado uma etapa importante tanto para identificar situações de violência quanto para orientar mulheres sobre os serviços disponíveis.

Mulheres que Pensam o Brasil

Outro debate realizado durante o mês levou a discussão para o campo da representação política. Mais de 200 lideranças femininas de diferentes partidos e setores participaram, na ALESP, da etapa paulista do movimento **Mulheres**

que Pensam o Brasil.

A iniciativa, organizada pelo movimento **Quero Você Eleita**, já ouviu mais de 400 mulheres em encontros realizados também no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. As contribuições estão sendo reunidas na **Carta das Mulheres para a Política**, documento que será apresentado a partidos, candidaturas e lideranças no contexto das eleições de 2026.

Entre as propostas debatidas estão a reserva mínima de 30% das cadeiras do Legislativo para mulheres, ampliação da participação feminina nos diretórios partidários e maior presença de mulheres em espaços do Executivo e do Judiciário.



Encontro na ALESP reuniu lideranças na construção da Carta das Mulheres para a Política

O combate à violência política de gênero também aparece entre os principais pontos. A discussão inclui desde ataques direcionados às mulheres que atuam na política até novas formas de violência digital, como campanhas de desinformação e utilização de deepfakes. Também foram abordadas propostas relacionadas à autonomia econômica, igualdade salarial e empreendedorismo feminino. O encontro reuniu representantes da política, do setor empresarial, do Direito e da sociedade civil, entre elas a ex-ministra Simone Tebet, a Deputada Federal Tábata Amaral e a Deputada Estadual Marina Helou.

Pesquisa aponta distância entre eleitorado e espaços de poder

A desigualdade na representação política também foi colocada em números com o lançamento da pesquisa **"A Democracia Incompleta: Sub-Representação Feminina na Política Brasileira e Caminhos para a Paridade"**, do Instituto Esfera.

O levantamento mostra que, embora as mulheres correspondam a **51,5%** da população brasileira e tenham representado aproximadamente **52%** do eleitorado entre 2016 e 2022, sua participação nos cargos eletivos permanece muito inferior. No período analisado pelo TSE, elas corresponderam a **33%** das candidaturas e somente **15%** das pessoas eleitas.

Na Câmara dos Deputados, **91 mulheres** foram eleitas em 2022, representando **17,7% das 513 cadeiras**. O contraste também aparece na série his-

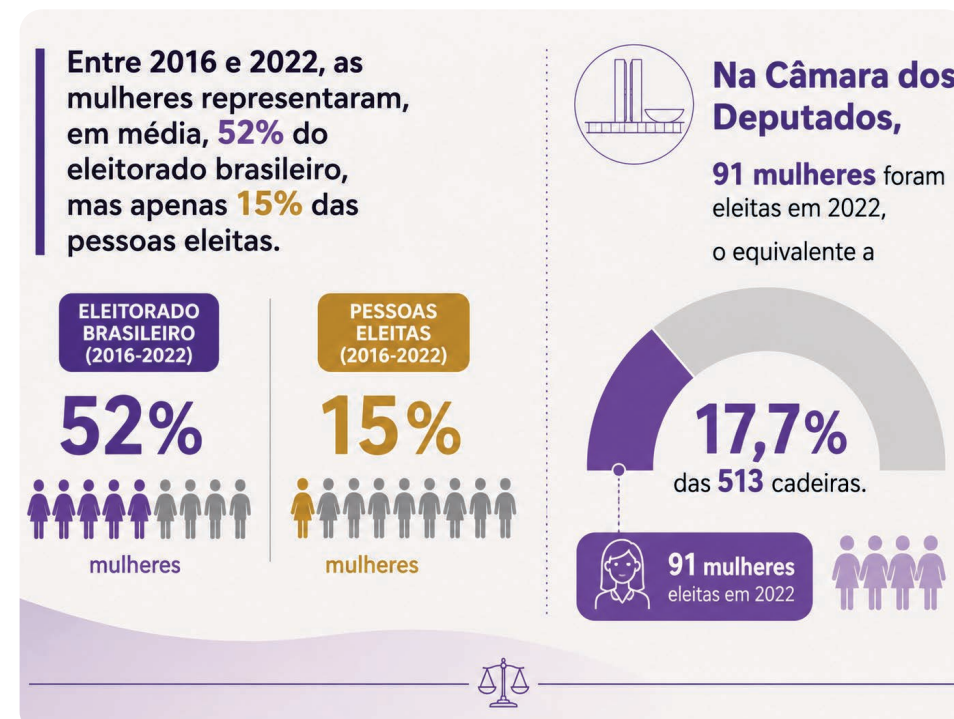


Lançamento da pesquisa do Instituto Esfera reuniu lideranças femininas para falar sobre os caminhos para ampliar a presença das mulheres na política

tórica: enquanto o número de candidatas a deputada federal passou de **358** em 1998 para **3.668** em 2022, crescimento de aproximadamente **925%**, o avanço entre as eleitas foi bem menor.

Nas eleições municipais de 2024, as mulheres chegaram a **17,91%** do total de pessoas eleitas no primeiro turno. Entre as vereadoras, a participação alcançou **18,24%**. Mesmo com o crescimento, mais de 700 municípios registraram descumprimento da cota mínima de **30%** de candidaturas femininas, conforme levantamento citado pelo estudo.

A pesquisa associa essa desigualdade a fatores institucionais, econômicos e socioculturais, incluindo dificuldades de financiamento, barreiras dentro dos partidos, divisão desigual do trabalho de cuidado e violência política de gênero.



Conexão Lilás no Senado

No Senado Federal, o **Agosto Lilás** também ganhou uma iniciativa voltada à formação de novas gerações. O programa **Conexão Lilás - Tecnologia Pela Vida da Mulher** vai capacitar jovens de 14 a 18 anos, estudantes de escolas públicas, para desenvolver um aplicativo de combate à violência contra a mulher. Nesta primeira edição, participam filhas e netas de trabalhadoras terceirizadas do Senado. A formação terá duração de quatro meses, entre agosto e novembro, com conteúdos sobre gênero e sociedade, cidadania e direitos, tecnologia, inovação e desenvolvimento de aplicativos. A maior parte das atividades será realizada a distância, pela **Plataforma Saberes**, com en-

contros presenciais no laboratório de informática do Instituto Legislativo Brasileiro. O desenvolvimento do aplicativo contará ainda com acompanhamento do grupo **Divas Digitais**: Meninas e Mulheres que criam APPs, da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Ao relacionar proteção contra a violência, participação política e acesso aos espaços de decisão, as mobilizações realizadas durante o Agosto Lilás ampliam o alcance da campanha. O enfrentamento à violência contra as mulheres passa também pela garantia de direitos, pelo fortalecimento da autonomia e pela criação de condições para que elas estejam presentes, em maior número e com maior influência, nas decisões que afetam a sociedade. 🗳️

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

A Diferença

Educação

Campinas firma parceria com a Unesco

A Secretaria de Educação de Campinas formalizou uma parceria inédita com a Unesco para fortalecer políticas pedagógicas, administrativas e de gestão. O projeto **Educa Campinas** prevê cooperação técnica entre 2027 e 2030, com investimento estimado em até R\$18,2 milhões para programas, formação profissional, pesquisas e ferramentas educacionais, sem recursos destinados a obras.



Assistência Social

Câmara Jovem visita projetos em Santos

Integrantes da **Câmara Jovem de Santos** visitaram projetos de qualificação e inclusão social na Vila Nova. A atividade, que faz parte da **17ª Semana Municipal da Juventude**, incluiu visitas ao **Salão Escola Autoestima** e aos cursos de panificação e confeitaria. Os jovens destacaram que a experiência ampliou seu conhecimento sobre políticas públicas e assistência social.



Lima Barreto

Projeto leva literatura ao palco em Rio Preto

O projeto **“A Minha Letra - Lima Barreto”**, contemplado pela Lei Nelson Seixas, leva a crianças e jovens de Rio Preto o espetáculo **“Somos uma Multidão - Cemitério dos Vivos”**, inspirado na obra do escritor. Com apresentações em projetos sociais e escolas entre agosto e outubro, a iniciativa une teatro, dança e cultura afro-brasileira para promover reflexão e acesso à arte.



Inclusão

Jacareí inaugura Sala Serenar



A EMEF Claudia Maria Gaspar Queiroz do Prado, em Jacareí, inaugurou a **Sala Serenar**, dedicada ao acolhimento e à autorregulação de crianças neurodivergentes. Equipada com mesa digital, balanço sensorial e brinquedos interativos, a sala visa promover conforto e auxiliar em momentos de desregulação. O espaço integra a rede de **Atendimento Educacional Especializado** da cidade.

Bragança Paulista



Câmara aprova Laços do Amor

A Câmara Municipal de Bragança Paulista aprovou, em segunda votação, o PL 38/2026, que institui a **Política Municipal “Laços do Amor”**. A proposta prevê ações integradas de inclusão e garantia de direitos para pessoas com síndrome de Down, transtorno do espectro autista - TEA, deficiência intelectual e demais neurodivergências. O projeto agora segue para sanção do prefeito.

Sustentabilidade

São José dos Campos

Transporte público tem nova estação de recarga

São José dos Campos inaugurou uma nova **Estação de Carregamento Elétrico**, ampliando a infraestrutura para os ônibus elétricos do transporte público. O espaço possui 17 carregadores, 34 pontos de recarga e capacidade instalada de 4,5 MW. Atualmente, a cidade opera 20 veículos 100% elétricos e prevê receber mais 90 ônibus eletrificados até dezembro deste ano.



Prevenção

Rio Claro se prepara para riscos ambientais

A Câmara Municipal de Rio Claro discutiu medidas preventivas para possíveis impactos climáticos em reunião entre poder público e especialista da Unesp. O encontro abordou influências do **El Niño**, riscos de queimadas e reflexos na saúde, como dengue e doenças respiratórias. A ação reforça a integração municipal para planejamento, prevenção e respostas rápidas à população.



Cidade Verde

Bauru aprova Plano de Arborização Urbana



Bauru aprovou a versão final do **Plano Diretor de Arborização Urbana** e da minuta da Política de Arborização, que deve seguir para a Câmara Municipal. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente também autorizou R\$866 mil do **Fundo Municipal do Meio Ambiente** para implantação das ações. O plano orientará manejo, monitoramento e expansão das árvores na cidade.

Pereira Barreto



Viveiro Municipal recebe doações de sementes

Pereira Barreto intensifica a coleta de sementes nativas e frutíferas para fortalecer a produção de mudas no **Viveiro Municipal**. O material, recolhido em áreas rurais e locais já reflorestados, será utilizado na arborização urbana e recuperação ambiental. A Prefeitura vem incentivando moradores a doarem sementes, ampliando o acervo e contribuindo para novas áreas verdes.

Certificação

Hortolândia é Cidade Árvore pela 4ª vez

Hortolândia recebe pela quarta vez o certificado internacional **Cidade Árvore do Mundo**, concedido pelo programa **Tree Cities of the World**. O reconhecimento destaca políticas de arborização, sustentabilidade e preservação ambiental. A cidade atende critérios como plano de arborização, legislação específica, orçamento para manejo e ações anuais de conscientização ambiental.



Turismo

Serra Azul

Distrito Turístico cria consórcio

O **Distrito Turístico Serra Azul** avança em governança regional com a criação do **Consórcio Intermunicipal - CI-DTSA** pelos prefeitos de Itupeva, Vinhedo e Louveira. A entidade permitirá atuação conjunta em serviços, planejamento e investimentos. O polo reúne empreendimentos como Wet'n Wild e Outlet Premium e busca se consolidar como referência nacional em turismo e negócios. 📍



Caraguatatuba



Programa Praia Acessível é destaque

Caraguatatuba está entre os municípios avaliados pela USP e pelo Governo de São Paulo em um levantamento sobre turismo acessível. A análise inclui o **Programa Praia Acessível**, realizado na Praia do Centro, que oferece banho de mar assistido, caiaque e surfe adaptado. A ação pode integrar a seleção das 50 melhores práticas municipais e figurar entre os 15 destaques estaduais. 📍



Novo projeto

Jundiaí valoriza experiências gastronômicas

A Prefeitura Municipal de Jundiaí lançou, no início de agosto, o **Projeto Gastronomia Di Jundiahy**, em parceria com **Sebrae-SP** e **Senac**, para qualificar empreendedores, valorizar produtos locais e fortalecer as rotas turísticas. O programa oferecerá diagnósticos, capacitações, consultorias e cursos voltados à gestão, atendimento, marketing, cardápios e boas práticas. 📍

São Bernardo

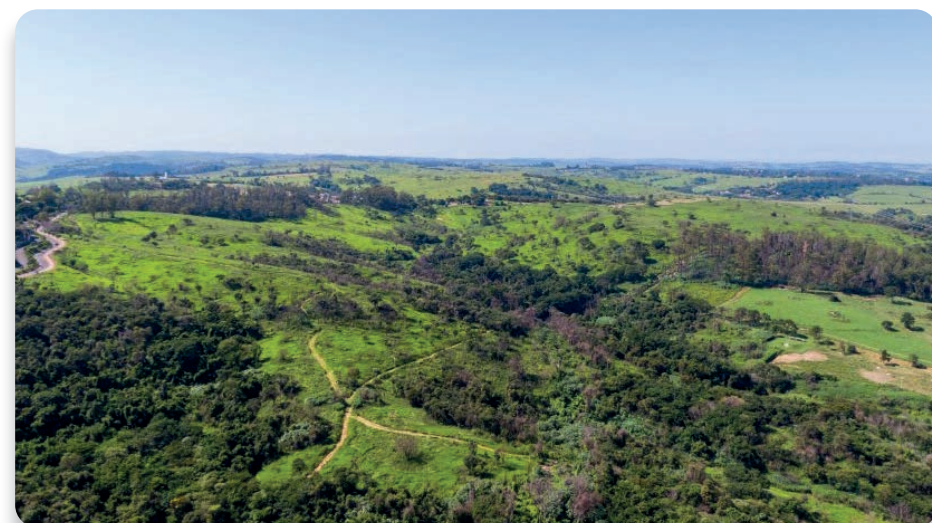
Cidade inaugura novo Centro Turístico

São Bernardo do Campo implementou um novo **Centro Turístico** ao lado do **Parque Cidade da Criança**. O espaço reúne atendimento ao turista, equipe municipal de Turismo e Eventos e Comtur, centralizando serviços e fortalecendo políticas de desenvolvimento econômico. A iniciativa visa estruturar e consolidar o município como destino turístico no estado de São Paulo. 📍



Apoio turístico

Jaguariúna lança programa de turismo rural



A Prefeitura de Jaguariúna está lançando o programa **Raízes de Jaguariúna - O Futuro do Turismo Rural**, voltado à criação de novas oportunidades de renda no campo. A ideia é oferecer, em parceria com Sebrae e Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna - ACIJ, diagnóstico, workshops e consultoria especializada para estruturar propriedades como atrativos turísticos. A participação é gratuita. 📍



Saúde

Araçatuba

Saúde integral ao funcionalismo

A Prefeitura de Araçatuba lançou o programa **"Cuidando de Quem Cuida"**, voltado à saúde física e emocional dos servidores municipais. O projeto oferece atendimento gratuito em psicologia, nutrição, fisioterapia e odontologia. Em fase piloto, atenderá profissionais da Educação, com encaminhamentos pelo setor de Medicina e Segurança do Trabalho e apoio de instituições parceiras. 📍



Câmara Municipal

Novas políticas públicas em Araraquara

A Câmara Municipal de Araraquara aprovou quatro projetos do vereador Marcão da Saúde voltados às áreas de lazer e saúde. As propostas criam o **Programa Municipal Praças de Lazer** e políticas de orientação ao paciente oncológico, prevenção da disfagia e combate à sepse. Os projetos ainda preveem ações educativas, prevenção e estímulo ao diagnóstico e atendimento precoces. 📍



Americana

Mais autonomia para a população 60+



Marília Pierre

A Prefeitura de Americana criou o **Fisio Ativa 60+**, com grupos de fisioterapia para idosos a partir de 60 anos em sete unidades de saúde. A ação oferece exercícios de fortalecimento, equilíbrio, mobilidade e prevenção de quedas, com foco em autonomia e qualidade de vida. Os interessados devem procurar a UBS ou ESF mais próxima para avaliação e encaminhamento. 📍

Saúde rural

Marília integra PET-Saúde Clima

Marília foi selecionada para o **PET-Saúde Clima**, iniciativa nacional voltada à preparação do SUS diante dos impactos das mudanças climáticas. O projeto local, desenvolvido pela Secretaria de Saúde, Famema e Unesp, ficou em 12º lugar no país e primeiro no estado. Entre 2026 e 2028, a ação acompanhará condições de trabalho e saúde de trabalhadores rurais do município. 📍



Limeira



Porta-comprimidos na rede pública

A Câmara Municipal de Limeira aprovou projeto que estabelece diretrizes para o fornecimento de **porta-comprimidos** a usuários da rede pública de Saúde. A proposta prevê distribuição nas unidades municipais, orientação sobre o uso e critérios de prioridade, buscando melhorar a adesão aos tratamentos, reduzir esquecimentos e desperdícios e ampliar a autonomia dos pacientes. 📍



Tecnologia e Inovação

Formação

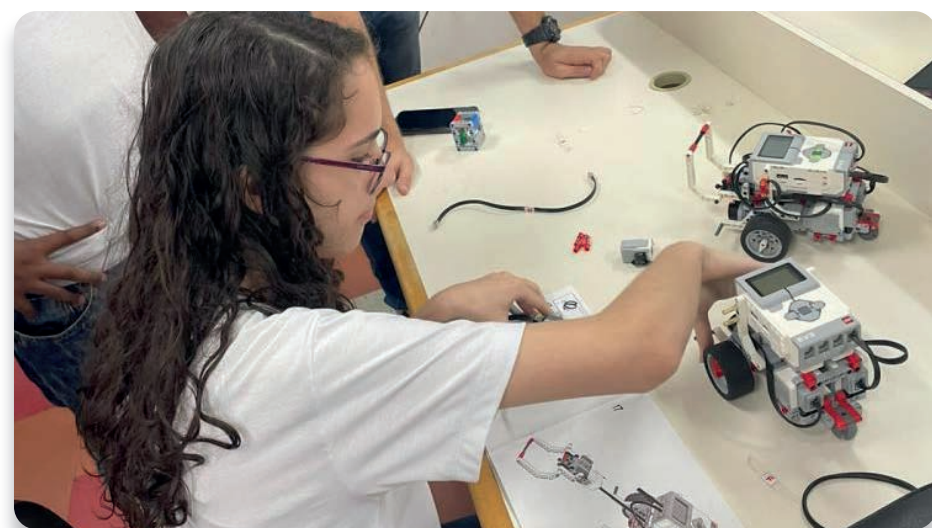
CTech impulsiona inovação em Jaborandi

O **CTech**, Centro Tecnológico de Jaborandi, reforça seu potencial como polo regional de educação, inovação e empreendedorismo. Com cursos gratuitos em programação, inteligência artificial, design, robótica e inglês, o espaço atende estudantes, empreendedores e moradores. A estrutura ainda inclui **Fab Lab**, coworking, polo Unesp com 90 vagas e ambiente multimídia. 📧



Ensino tecnológico

Projeto amplia ciência no Oeste Paulista



A região de Presidente Prudente receberá **R\$3 milhões** para implantar espaços maker em 30 escolas públicas de 19 municípios, por meio do projeto **Unesp e Unicamp no Território Paulista**. Coordenada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, a iniciativa prevê impressoras 3D, formação de professores e atividades **STEAM**, ampliando o acesso à inclusão educacional. 📧

Segurança

Braúna inaugura Centro de Monitoramento

Braúna inaugurou seu **Centro de Monitoramento de Segurança** e integrou câmeras públicas e privadas ao **Muralha Paulista**. A estrutura utiliza reconhecimento facial, leitura de placas, inteligência artificial e alertas automáticos para apoiar as forças de segurança. Completando as ações, o município também assinou o **Plano Municipal de Segurança Pública** e ampliou a Guarda Civil. 📧



Taubaté



Programa conecta startups e gestão pública

A Prefeitura de Taubaté abriu seleção para até 18 startups no **Programa de Incubação do HITT, Hub de Inovação Tecnológica de Taubaté**. A ideia é oferecer infraestrutura, capacitações e mentorias gratuitas para negócios em diferentes estágios. As selecionadas vão desenvolver soluções para desafios municipais em áreas como saúde, mobilidade, educação, segurança e turismo. 📧

Programa de aceleração

Hub fomenta inovação inclusiva em São Carlos

São Carlos recebeu a primeira aceleradora latino-americana do **Mobility Unlimited**, programa da **Toyota Mobility Foundation** voltado a tecnologias assistivas. Instalado no **Onovolab**, o hub selecionou nove startups para desenvolver soluções que ampliem a autonomia de pessoas com deficiência. A ação une Prefeitura, UFSCar e ecossistema local, reforçando a cidade como polo de inovação. 📧



REDESCOBRINDO O interior

Pedreira reúne compras, fé e memória em roteiro turístico no interior de São Paulo

Entre porcelanas, teleférico gratuito e patrimônio histórico, cidade amplia seus atrativos

Pedreira começou a tomar forma no fim do século 19, a partir do projeto do coronel João Pedro de Godoy Moreira de transformar parte de sua propriedade em uma vila. A localidade foi elevada à condição de município em 31 de outubro de 1896.

A relação entre a cidade e a porcelana começou algumas décadas depois. Em 1911, os irmãos Ângelo e Antonio Rizzi instalaram a Fábrica de Louças Santa Rita, dando início a uma atividade que se expandiria e passaria a definir parte da identidade econômica da cidade. Outras indústrias cerâmicas surgiram nas décadas seguintes, consolidando o município como referência nacional no segmento e originando o título de **“Capital da Porcelana”**.

Hoje, o turismo de compras é um dos principais motivos para a visita. A cidade reúne cerca de 500 lojas com produtos de decoração, utilidades domésticas e itens de economia criativa. Para a secretária de Divulgação e Turismo, Leticia Pedroso, a atividade comercial está diretamente ligada ao desenvolvimento do município. “Pedreira é um polo econômico e cultural movido diretamente pelo turismo, onde cada espaço reflete a nossa vocação,” diz. Segundo

ela, a circulação de visitantes ajuda a preservar a tradição ligada à produção de porcelanas e artigos decorativos e movimentar diferentes setores da economia local.

Um dos atrativos que complementam o roteiro de compras é o teleférico, que liga a área urbana ao Complexo Turístico do Morro do Cristo. O acesso é gratuito para moradores e visitantes e proporciona, durante o trajeto, uma vista da cidade e da paisagem no entorno. No alto do morro está o Cristo Redentor, acompanhado por mirante e estruturas voltadas ao turismo religioso. O complexo também reúne a Praça Nossa Senhora Aparecida, estações da Via-Sacra e representações de passagens bíblicas produzidas em porcelana por artistas locais. O roteiro pode continuar pelo centro histórico. O Museu Histórico e da Porcelana reúne objetos, fotografias, mobiliário e

peças que ajudam a contar a formação do município, incluindo referências à imigração italiana, à ferrovia e ao desenvolvimento da indústria cerâmica.

Além do patrimônio e das compras, a cidade tem atrativos ligados à natureza. Pedreira está às margens do Rio Jaguari e inserida na área da Serra da Mantiqueira, cenário que amplia as possibilidades de passeios ao ar livre e de turismo rural e ecológico.

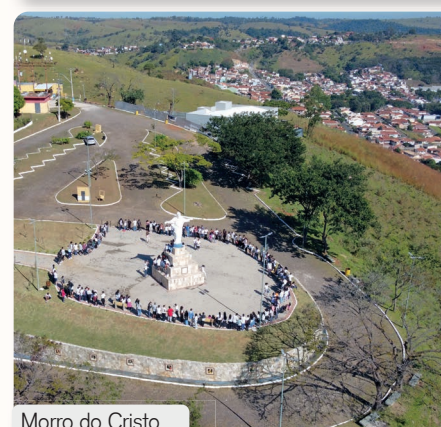
A proposta turística, portanto, vai além das compras. “É essa união estratégica de atrações acessíveis, o turismo de fé e a tradição inigualável das nossas peças decorativas que consolida o setor turístico como o verdadeiro pilar de desenvolvimento, geração de empregos e orgulho da nossa cidade”, resume Leticia.

Cláudia Costa

jornaldointerior.uesp@gmail.com



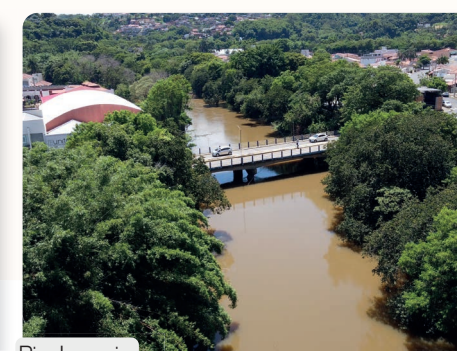
Leticia Pedroso, secretária de Divulgação e Turismo



Morro do Cristo



Zoo Bosque



Rio Jaguari



Teleférico

A CAMINHO DOS

50 ANOS

AO LADO DE QUEM FAZ
A POLÍTICA ACONTECER.



ORIENTAÇÃO
JURÍDICA



ORIENTAÇÃO
TÉCNICA



CAPACITAÇÃO
CONTÍNUA



APOIO QUE
FORTALECE

+ 150

CÂMARAS MUNICIPAIS
FILIADAS

EXPERIÊNCIA, CONEXÃO. RESULTADOS.


UVESP